

## AS ÁGUAS DAS CIDADES (1850-1920): USOS E NEGÓCIOS<sup>1</sup>

*Antônio de Pádua Bosi<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Tomando como foco de estudo a cidade de Uberabinha (MG), este artigo discute os usos da água no Brasil durante as décadas de 1850 a 1920. Tento explorar a idéia de que a municipalização da água no espaço urbano, iniciada no final do século XIX a transformação da água em serviço público, aconteceu como forma de disciplinar costumes e como meio de gerar receita para o poder público municipal, intensificando o processo de acumulação de capital no âmbito regional. Sobretudo, busco problematizar como esse processo alterou significativamente as percepções acerca dos usos da água.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviços públicos. República Velha. Uberlândia.

**ABSTRACT:** This article discusses the uses of the water in the city of Uberabinha/MG in the context of the Old Republic. I try to explore the idea that the transformation of the water in the urban space transformation of the water in public service happened to disciplining habits and also as way of make income for the municipal public power and to intensify the capital accumulation process in the region.

**KEYWORDS:** Public services. Old Republic. Uberlândia.

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado parcial de pesquisa desenvolvida entre 2000 e 2002 sobre as reformas urbanas no Brasil da Velha República, defendida como tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense no ano de 2002.

<sup>2</sup> Professor Adjunto dos cursos de graduação e do mestrado em História da Unioeste. Associado ao Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

## **1. Introdução**

O crescimento das cidades no Brasil do final do século XIX, geralmente foi acompanhado pela introdução e desenvolvimento de um conjunto de serviços coletivos tais como a canalização da água e a eletricidade, entendidos tanto como equipamentos de conforto para a classe dominante quanto como mecanismos necessários à reprodução da força de trabalho existente. Apesar dessas hipóteses não serem historicamente excludentes, a segunda parece ter se sobreposto a primeira como referência principal para a ação do poder público na reforma urbana ocorrida em muitas cidades brasileiras na 2ª metade do século XIX. Este artigo procura explorar essa possibilidade de investigação tomando como foco de estudo a cidade de Uberabinha (MG) entre as décadas de 1850 e 1920. Busco esclarecer em que sentido legislou a Câmara de vereadores daquela cidade no que se refere à estruturação do espaço urbano e dos serviços públicos, particularmente o serviço de água, problematizando a relação do poder público com os modos de viver da classe trabalhadora e colocando em evidência as noções de uso da água praticadas naquele período, contrastando a noção defendida a partir da Câmara de vereadores com o uso costumeiro dos trabalhadores. Em síntese, discuto em que medida a água foi mercantilizada e quais as repercussões desse fato para os modos de viver da classe trabalhadora.

## **2. Estado e estruturação dos serviços públicos**

Num plano mais amplo, pode-se afirmar que a constituição dos serviços públicos (e a própria formação do Estado) serviu como poderosa alavanca para acumulação de capital no período aqui abordado. Lênin destacou este fenômeno como parte do desenvolvimento histórico do capitalismo no final do século XIX. Ele denunciou o sentido burguês do endividamento do Estado, identificando uma enormidade de casos em que os capitais de centros financeiros, como o francês e o inglês, foram deslocados para outros países de economia agro-exportadora com o objetivo de

modernizar a infra-estrutura adequada a tal economia<sup>3</sup>. Sobre os países ocidentais, Eric Hobsbawm reafirmaria bem mais tarde os argumentos principais de Lênin no que diz respeito à clara orientação burguesa do Estado<sup>4</sup>. No Brasil, com base em tais argumentos, Oswaldo Porto Rocha conseguiu iluminar determinado sentido econômico presente também na reforma urbana do Rio de Janeiro coordenada por Pereira Passos<sup>5</sup>. Esta perspectiva foi levada mais longe por Jaime Benchimol, que também documentou e discutiu a questão, trazendo à baila outra infinidade de situações em que a acumulação de capital realizava-se para além dos setores que financiavam as obras públicas, enchendo de dinheiro as burras, por exemplo, de empreiteiros nacionais<sup>6</sup>. De modo geral, reconheço a força desta tese. Não há muito a lhe acrescentar. No que toca a cidade de Uberabinha, localizada no estado de Minas Gerais, não enfrentei grande dificuldade em encontrar e organizar as evidências sobre empréstimos públicos que serviram para investimento em obras de infra-estrutura, “capital” para o comércio da cidade. Este é um dos pontos sobre o qual insistirei, porém não é o principal objeto de minha reflexão.

Para além de contabilizar todo esforço de reforma urbana naquilo que ele conseguiu verter em numerário para boa parte da classe dominante, é preciso também indagar sobre onde e como a classe trabalhadora foi afetada nesse processo. Invisto nesta perspectiva, porque ela pode permitir, inclusive, que se perceba a acumulação de capital — que ocorreu associada e dependente do Estado — em seus desdobramentos sociais. Estes desdobramentos são capazes de nos mostrar menos os lucros que foram guar-

---

<sup>3</sup> LENIN, W.I.U. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras Escogidas*, v.1. Moscú: Editorial Progreso, s/d, p.688-798.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.92-96.

<sup>5</sup> ROCHA, Oswaldo P. *A era das demolições — cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

<sup>6</sup> BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p.65-72.

dados e mais o que realmente mudou nas percepções da classe trabalhadora sobre os usos da água.

No início da estruturação do poder público de Uberabinha, por volta da década de 1890, a parcela da receita do município, constituída por serviços prestados e multas, ainda era incipiente ou pouco importante. A cobrança de multas e de licenças por meio da tributação de atividades tais como a circulação de carroças, carros de boi, *trollys*, abertura de açougues e de outros estabelecimentos comerciais e atividades profissionais — apesar de regularizada desde pelo menos 1899 — parece não ter sido uma fonte de renda relevante. Até mesmo porque os partidários da fração política dominante provavelmente eram “isentados” de tal pagamento. Sobre isso, Osvaldo Vieira Gonçalves, professor de Uberabinha nascido em 1906, narra uma história em que Severiano Rodrigues da Cunha teria reclamado ao próprio filho, João Severiano Rodrigues da Cunha, então agente executivo de Uberabinha, o recebimento de uma cobrança de imposto sobre a qual argumentou: “então é pra isso que a gente faz política, é pra pagar imposto!? Você não sabe que quem é político não paga imposto, não. Sabe?”<sup>7</sup>.

Assim, a arrecadação do município só seria alterada com a estruturação do serviço de água. Apesar deste serviço existir desde 1891, somente por volta de 1910, com a canalização definitiva da água no espaço urbano, é que o uso foi padronizado, apresentando grande dificuldade para ser burlado (o uso de cisternas passaria a ser a alternativa mais viável). No ano de 1911, quando as ligações individuais de acesso à água aumentaram substancialmente, conforme consta nos relatórios municipais, tal serviço já mostrara alguma rentabilidade. Este fato refletiu-se na tabela contendo os valores orçamentários projetados e arrecadados entre 1891 e 1921. Até o ano de 1911, a receita arrecadada atingiu ín-

---

<sup>7</sup> Depoimento de Osvaldo Vieira Gonçalves. In: *Projetos Depoimentos*. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico, Arquivo Público Municipal, Seção de Documentação, p.11.

**Tabela 1. Valores orçamentários de Uberabinha (1891-1921)**

Os índices percentuais correspondem às diferenças entre a receita planejada e receita arrecadada

Exercício	Receita planejada	Receita arrecadada	%
1891	7:200\$000	2:034\$345	28,2%
1892	7:200\$000	2:168\$317	30,0%
1893	47:100\$000	8:453\$560	17,9%
1894	46:800\$000	—	—
1895	46:800\$000	—	—
1896	54:400\$000	—	—
1897	54:400\$000	—	—
1898	79:450\$000	—	—
1899	67:650\$000	—	—
1900	68:585\$000	—	—
1901	82:550\$000	24:893\$630	30,1%
1902	65:000\$000	26:955\$457	41,5%
1903	44:200\$000	25:743\$677	58,2%
1904	46:000\$000	19:096\$945	41,5%
1905	47:740\$000	35:972\$290	75,3%
1906	50:000\$000	37:829\$560	75,6%
1907	55:020\$000	38:326\$251	69,6%
1908	65:300\$000	44:395\$131	67,9%
1909	74:500\$000	56:466\$937	75,8%
1910	83:900\$000	44:010\$150	52,4%
1911	73:400\$000	52:005\$816	70,8%
1912	76:200\$000	73:124\$297	95,9%
1913	76:200\$000	86:237\$198	113,2%
1914	108:400\$000	86:825\$451	80,1%
1915	107:100\$000	88:968\$018	83,0%
1916	108:000\$000	114:799\$057	106,3%
1917	120:000\$000	140:344\$567	116,9%
1918	150:000\$000	162:000\$751	108,0%
1919	174:700\$000	178:134\$006	101,9%
1920	224:330\$000	241:968\$176	107,8%
1921	250:015\$000	245:265\$534	98,1%

Fonte: Atas da Câmara de São Pedro de Uberabinha (1891-1922). Organização do autor.

lices maiores do que 70% da receita planejada, apenas em três momentos ao longo de 21 anos: nos anos de 1905, 1906 e 1909. A partir de 1911, os índices superiores a 70% tornaram-se regra.

Mas apesar desta rentabilidade ter sido firmada por volta de 1911, as tentativas de organizar um serviço de água na cidade de Uberabinha antecedem aquele ano. Data do final da década de 1850, o que se pode chamar de primeiro serviço coletivo de água, quando Uberabinha era ainda Freguesia de Uberaba. Tal serviço consistia de uma vala cavada propositalmente que cruzava o núcleo povoado da Freguesia por onde corria a água potável para o uso de todos. Nalguns pontos definidos pela Câmara (e antes da Câmara, pelo Conselho de Intendência) eram construídos chafarizes e bicas com torneiras, para o uso público, o que também era um procedimento comum na época.

Porém, a água não tinha ainda sido mercantilizada. Muitos usos da água concorriam com o rego da servidão e continuariam para além dele, por meio da preservação de cisternas e de muitas nascentes d'água. A prática de se cobrar pela água potável só ganhou vulto com a Câmara de Intendência Municipal a partir de 1891, e é exatamente esta mudança que merece ser discutida e explicada: como foi que o uso da água, considerada abundante em seu estado natural, converteu-se em uso privado, medido e intermediado pela torneira. Tomando emprestada a idéia bastante instigante de Denise Sant'Anna sobre "a conquista da água" na cidade de São Paulo, sugiro que, "para canalizar a água foi necessário, de certo modo, domesticá-la"<sup>8</sup>. Se isto foi verdadeiro também para Uberabinha, cabe perguntar se esta domesticação da água teve implicações diretas nos modos de viver da classe trabalhadora.

### **3. Municipalização e mercantilização da água**

Havia as "águas mineraes" que marcaram fortemente a histó-

---

<sup>8</sup> SANT'ANNA, Denise B. A conquista da água. In: *Revista Projeto História* 18, São Paulo: Educ/Fapesp, maio/1999, p. 297.

ria de Uberabinha na virada do século XIX para o XX. Roberto Capri chamou de “curiosidades naturaes” o que se achava serem águas minerais com poder de cura sobre diversos tipos de “*moléstias do aparelho digestivo, hepático sendo surpreendente o seu efeito para as moléstias da pelle*”<sup>9</sup>. Quando escreveu isto, em 1916, advertiu que a captação dessas águas seria melhorada com a finalidade de atender os visitantes que aumentavam a olhos vistos. Terminou sua pequena nota sobre o que julgava ser “curiosidades naturaes”, anunciando a breve construção de casas de banho para aqueles que quisessem “*fazer uso d’ellas*” e a promessa de “*uma estrada de automóveis ligando a cidade à fonte*”. Seis anos depois de Capri, Pezzuti lembrava com ênfase as águas minerais, reclamando a falta de captação adequada para “as fontes, que brotam do solo em tênues filetes à beira dos córregos”, bem como a falta também de “instalações apropriadas para o recebimento de doentes, aos quaes é prescripto o uso dessas águas”<sup>10</sup>. Na visão de Pezzuti, as “já bastante conhecidas águas mineraes pela sua real efficacia na cura de moléstias do aparelho gastro-intestinal, fígado, baço, etc.” mostravam aos seus proprietários “possibilidades para o estabelecimento de hotéis, pensões, etc.”<sup>11</sup>.

Não se sabe exatamente porque este propalado uso medicinal das águas não se concretizou em um profícuo negócio. Talvez porque as propriedades minerais daquelas águas não tenham sido efetivamente reconhecidas, isto é, não tenham sido confirmadas cientificamente como tais. Era bastante comum que as águas minerais de suposto efeito terapêutico fossem testadas por exames laboratoriais ou até mesmo fossem estudadas por cientistas que produziam teses sobre elas. A este respeito, Lycurgo Santos registrou que as “águas minerais da província de Minas foram bas-

---

<sup>9</sup> CAPRI, R. *O município de Uberabinha — Minas*, São Paulo: Capri, Andrade & C. editores, 1916, p. 42.

<sup>10</sup> PEZZUTI, Cônego Pedro. *Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia*. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922, p. 44.

<sup>11</sup> Idem, p.44.

tante procuradas a partir de meados do século 19 por doentes, convalescentes e demais pessoas”<sup>12</sup>, sem, contudo, mencionar Uberabinha. Do Triângulo Mineiro, apenas a cidade de Araxá foi lembrada. Sobre isso, há um laudo negativo acerca das águas minerais de Uberabinha registrado por Pezzuti. Tentando refutar o tal laudo, Pezzuti afirmou que “as analyses dessas duas águas foram procedidas com material colhido sem as precauções indispensáveis, remetido para S. Paulo e realizadas em laboratórios particulares, sem as garantias necessárias”<sup>13</sup>. Enfim, o negócio das águas minerais pode ter sido bloqueado por esse laudo. De qualquer modo, as qualidades da água passaram a servir como critério para sua valorização e cobrança.

Volto ao rego da servidão pública. Ele funcionou de 1858 até 1910, quando foi implementado o serviço de água canalizada. Em 1891, ele foi reformado e recebeu atenção pontual na legislação da Câmara, preocupada em mantê-lo limpo, talvez porque ele tivesse se tornado uma responsabilidade exclusiva dos vereadores. Não era, contudo, o principal meio pelo qual a população de Uberabinha conseguia água potável. Como já disse, existiam alternativas. As cisternas, as nascentes de água, os riachos e córregos que passavam proximamente ao núcleo povoado e até mesmo o Rio de São Pedro de Uberabinha, constituíam uma rede que fornecia água; água abundante. As duas primeiras modalidades serviam privadamente às pessoas enquanto os leitos maiores serviam a todos, sem distinção. Esta abundância de água fora assinalada pelos memorialistas da cidade. Pezzuti mencionou a infinidade de “corregos e vertentes (nascentes) que levam suas águas para estes cursos maiores (rios) e seus respectivos tributários”<sup>14</sup>. A própria Uberabinha era cercada, em alguma medida, por terrenos alagadiços, com várias nascentes de água.

Com tanta água disponível, o rego da servidão não se imporia

---

<sup>12</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da Medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947, p. 226-228.

<sup>13</sup> PEZZUTI, op. cit., p. 44.

<sup>14</sup> Idem, p.44.



tão facilmente como única forma de acesso à água. A estratégia dos intendentes municipais foi a de municipalizar toda a água potável nas imediações de Uberabinha. Esta medida transformaria o rego da servidão pública em responsabilidade única e oficial do Conselho de Intendência, a partir de 1891. Para aprovação do projeto, o Conselho justificou que aquela era a única maneira de “*serem feitas a satisfação de todos*”. Propôs então que “*se julgasse municipalizadas todas as nascentes e agoadas do patrimônio afim de serem aplicado uso e a servidão pública*”<sup>15</sup>. Municipalizadas as águas, os atritos não tardariam a acontecer. O problema principal para o Conselho (e depois para a Câmara) residia, como já disse, na disciplinarização dos usos da água e, neste sentido, nos usos do próprio rego da servidão. A partir daquele momento, os usos costumeiros do rego da servidão foram denunciados como daninhos. Foi o presidente do Conselho de Intendência Municipal, Sr. Teixeira, quem denunciou em seção extraordinária o estado precário de preservação e limpeza do rego, referindo-se a prejuízos causados “*por habitantes das margens que servem de paliçadas juntas para misturas privadas*”<sup>16</sup>. O choque entre o Conselho e aqueles que tinham a posse das nascentes d’água mostrou-se inevitável. É o que indicam as queixas dos pobres feitas ao pároco local, Padre Pio Dantas. O padre, pressionado pelo volume de reclamações sobre as implicações da lei que municipalizou as águas relativamente aos seus modos de viver, enviou um ofício ao governador do Estado. Pelo que se encontra relatado nas atas do Conselho de Intendência, as reclamações acolhidas pelo pároco miravam a municipalização das águas.

Apesar dessa investida da Igreja, a resposta do Conselho veio firme:

...face ao “ofício do Reverendo Parocho desta Freguezia Pe. Pio

---

<sup>15</sup> UBERLÂNDIA. *Conselho de Intendência Municipal de São Pedro de Uberabinha*, seção datada de 19/03/1891, livro sem numeração, s/p, (grifo meu).

<sup>16</sup> UBERLÂNDIA. *Conselho de Intendência Municipal de São Pedro de Uberabinha*, seção datada de 04/05/1891, livro sem numeração, s/p.

Dantas Barboza, ao Governador do Estado sob cobranças de empostos municipais do rego da servidão pública, (...) se deliberou unanemente informar a sua Exa. que nenhum abuso cometeu este Conselho sobre os factos de que se trata no referido officio, porquanto apenas o Conselho faz uso de suas atribuições administrativas taxando impostos sobre edificações e *tornando de character municipal os servissos do rego de agoa*".<sup>17</sup>

A briga não teve apenas uma envergadura institucional. No dia-a-dia, o próprio fiscal municipal, encarregado de manter a limpeza do rego da servidão pública, não conseguiu fazer cumprir as posturas municipais e, por isto, foi diversas vezes advertido pelos intendentess para que garantisse um comportamento do "povo" que fosse zeloso pela higiene do tal rego. O fato é que muitas pessoas quiseram manter o uso costumeiro de suas nascentes de água, obstando-se à municipalização. Outras furavam a terra com o objetivo de construir cisternas. Outras recorriam ao rego com seus baldes e o utilizavam também para a descarga das "águas servidas". E, no geral, quase ninguém pagava pelo uso da água. Contra isso, o Conselho de intendência não reunia condições nem para tornar o rego uma forma única de abastecimento de água e nem para padronizar os usos da água.

Apenas no início do ano de 1893 foi que a Câmara municipal decidiu contabilizar gastos com a canalização da água potável, utilizando para tanto uma tecnologia comum ao início do século XIX, mas já bastante superada para a década de 1890<sup>18</sup>. Tal

---

<sup>17</sup> Idem, seção datada de 23/05/1891, livro sem numeração, s/p.

<sup>18</sup> Estudando o Rio de Janeiro, Jaime Benchimol sugere que a distribuição de água até a década de 1850 combinava a existência de poços, bicas e chafarizes de construção pública com a mão-de-obra escrava, que transportava tanto as águas limpas quanto as águas servidas, o que ele chamou de "sistema colonial escravista de distribuição de água". Com a extinção do tráfico negreiro, "iniciou-se a 'modernização' do sistema de distribuição de água, com a instalação de uma rede domiciliar com tubos de ferro e aparelhos hidráulicos importados da Inglaterra, sob a supervisão de engenheiros contratados, em sua maioria, do exterior". Nota ainda o autor que essa nova base tecnológica

tecnologia previa a captação de água potável por meio de canos que conduziram-na até chafarizes, construídos em diversos pontos da cidade e equipados com torneiras. Foi também no ano de 1893 que a canalização da água apareceu como prioridade do governo municipal: “o município (poderia) fazer face as diversas despesas que são mister para seu progresso”, pela ordem, provendo as escolas, construindo pontes, mudando o lugar da cidade, construindo o Fórum, construindo o Matadouro Municipal, construindo o Mercado Municipal e, finalmente, na sétima e última prioridade, “que se autorise com máxima urgência a canalização da água potável desta cidade, construindo-se chafarizes em pontos diversos, ajuízo da Câmara, empregando-se para isso as verbas já autorizadas (...) usando também o empréstimo municipal para este fim”<sup>19</sup>. Nos anos subsequentes, a Câmara continuou autorizando e contraindo empréstimos para a canalização da água, nos moldes discutidos pelos vereadores em janeiro de 1893. Por volta de 1895, no final da gestão de Augusto César, pode-se dizer que a canalização — naqueles moldes — estava concluída. A partir dali, ela seria regulamentada no Código de Posturas de 1903 e no Código de Posturas de 1913. A primeira regulamentação correspondia ao uso da água pelo sistema de chafarizes, enquanto que a segunda regulamentação correspondia à modificação do sistema, que seria completamente canalizado.

Ao longo dos anos de 1891 a 1922, o serviço de água sofreu pelo menos três grandes reformas: a primeira, no ano de 1910, quando a água penetrou as residências e demais edifícios por meio de canos e a partir da construção de um reservatório, com apenas dois metros de profundidade, bombeado por força hidráulica. A segunda, em 1914, quando o sistema de captação e bombeamento para caixas d’água passou a ser feito por energia a

---

correspondeu ao novo uso da água, predominantemente encarada a partir dali como mercadoria. Ver BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p.66.

<sup>19</sup> UBERLÂNDIA. *Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha*, seção datada de 214/01/1893, livro 1, p. 98v.

vapor. E, em 1915, quando as bombas movidas a vapor foram substituídas por bombas elétricas e os canos tiveram seus diâmetros expandidos<sup>20</sup>. O emprego desta tecnologia seguia os interesses de padronizar os usos da água manifestos desde 1891. Por este motivo, o histórico dessas tecnologias é também o histórico dos conflitos em torno dos usos da água. Vejamos que tipo de respaldo esta questão pode encontrar nas posturas municipais de 1903.

As posturas de 1903 definiram responsabilidades diferenciadas sobre a água potável e as águas servidas. A distribuição da primeira seria feita pela Câmara. Quanto ao descarte das segundas, o mérito era particular. De acordo com o inciso VI do artigo 63, ficava proibido “deixar correr imundícies ou águas servidas pelos esgotos e boeiros”. Todavia, esses esgotos e bueiros, “por onde se escoam as águas servidas, serão feitos por quem delles precisar, de modo que as águas não passem a descoberto pelas ruas, praças ou terrenos particulares”<sup>21</sup>. Este assunto foi classificado no segundo capítulo das posturas, intitulado *Aformoseamento e asseio das casas, ruas e praças*. Assim, a Câmara se responsabilizava pela captação e distribuição da água potável ao mesmo tempo em que estabelecia o problema das águas servidas como uma questão privada, sem ligá-la à questão de saúde e higiene pública.

Quanto à generalização da água potável encanada, a tensão entre a Câmara e grande parte da população foi permanente. Por um lado, o encanamento da água colidia com os demais usos até então existentes, por outro lado, o custo para receber a água encanada não era módico. Este não era exatamente um procedimento simples e barato. Como especificado nas posturas de 1903, correriam por conta do concessionário os gastos com a pena d’água e com o registro. Este deveria ser assentado “sobre uma

---

<sup>20</sup> UBERLÂNDIA. *Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Uberabinha*. Uberabinha, Typographia Popular, 1914-1923. Verificar também PEZZUTI, op. cit., p.64.

<sup>21</sup> UBERLÂNDIA. Artigo 135. In *Código de Posturas Municipais de 1903.*, p.13.

*caixa de base quadrada, construída de tijolos, ou alvenaria — argamassa de pedra*<sup>22</sup>. Com estas exigências, restringia-se o acesso direto à água encanada. Além disso, mesmo aqueles que conseguiam fazer frente às despesas de instalação dos canos, não escapavam à falta de água nas secas, uma vez que não havia ainda um sistema de bombeamento de água para caixas d'água que garantisse a circulação forte pelos canos até as penas d'água. A pressão que empurrava a água dependia exclusivamente da queda e do volume naturais. Contra esta falta d'água, as posturas indicavam um racionamento permanente. O artigo 90 determinava que,

si, em razão de secca, ou qualquer causa imprevista, houver insuficiência d'água nos encanamentos para o consumo público, deverão ser fechadas as caixas de distribuição desde 6 horas da tarde até as 5 horas da manhã, enquanto durar essa insuficiência; no estado normal, porém, deve o registro ser fechado as 10 horas da noite até as 4 horas da manhã, a juízo do agente executivo.<sup>23</sup>

Portanto, no que dizia respeito à água encanada, a escassez era a regra.

A respeito dos outros usos da água conflitantes com o previsto pelas posturas, o próprio código de 1903 confirmava a sua efetiva existência em grande extensão. A própria noção de água potável não era muito clara. Entre os trabalhadores, eram comuns práticas tais como despejar águas servidas nos regos em que corria água “potável”, lavar roupa nas bicas e chafarizes etc. Mesmo a idéia de municipalizar a água não havia se rotinizado totalmente por volta de 1903. Sobre isso, o artigo 91 proibira estas práticas e introduzira uma noção supostamente estranha para a maioria dos moradores de Uberabinha: o desperdício de água. Antes da cria-

---

<sup>22</sup> UBERLÂNDIA. Artigo 84, inciso II. In: *Código de Posturas Municipais de 1903*. p.18.

<sup>23</sup> UBERLÂNDIA. Artigo 90. In: *Código de Posturas Municipais de 1903*. p.19.

ção desse serviço público, a relação entre os moradores e a água era mais ou menos mediada pela sazonalidade da seca e do “tempo das águas”. Poupar conectava-se aos períodos de seca e não a uma prática orientada por algum tipo de *ethos* racionalizante. Neste sentido, a torneira foi o principal artefato corporificador da noção de desperdício e de poupança, bem como da água, encarada como mercadoria<sup>24</sup>.

Penso que a construção das noções de desperdício e de poupança entre os uberabinhenses vinculava-se à estruturação, também bastante recente, da idéia de propriedade privada da água. Há, por exemplo, uma vinculação literal entre esses dois tópicos no Código de Posturas de 1903. Ao mesmo tempo em que alguns artigos proibiam o controle dos moradores sobre os regos e nascentes, penalizando com multas qualquer ação que desviasse ou bloqueasse o curso das águas, tal sentido de controle e de domínio sobre a água era deslocado para as torneiras. Abrir e fechar torneiras alterava de modo fundamental a relação do homem com a água. Entretanto, para que isto se tornasse uma prática rotineira, as torneiras precisavam impor-se como padrão de uso privado, isto é, privativas também ao interior das casas. Com isto, residia um problema: a generalização do encanamento de água que só ocorreu a partir da gestão de Alexandre Márquez (1908-1911), cunhado de Severiano Rodrigues da Cunha. Seria apenas em 1910 que o serviço de água, com suas bicas, chafarizes e as poucas penas d’água, sofreria reformas.

É interessante retomar a questão de que o encanamento da água e a “melhoria” deste serviço também eram associados aos temas da higiene e saúde pública. Nos jornais, por exemplo, via de regra, este assunto era tratado como um investimento da Câmara, que teria efeito direto no incremento das atividades econômicas, particularmente das atividades comerciais. Encontrei a perspectiva da água como um problema de saúde pública nos jornais

---

<sup>24</sup> Esta observação é de SANT’ANNA, Denise B. Desafios e perspectivas para uma história das sensibilidades. In: *XXI Simpósio Nacional de História*, Niterói: ANPUH, 2001.

apenas uma vez. Em tom de denúncia, a questão da água fornecida pelo rego da servidão pública fora ligada aos inúmeros casos de desajustes gastro-intestinais. Além disso, pelo que narra o jornal, infere-se que a Câmara, depois da reforma de 1910, manteve dois tipos de serviços de água: o rego da servidão a céu aberto e o encanamento de outras nascentes.

A “moléstia gastro-intestinal” seria provocada, na versão do jornal, por ser o rego da servidão aberto e estar vulnerável às enxurradas causadas pelas chuvas. Dizia a matéria que uma grande quantidade de águas fluviais arrastariam para o rego “corpos estranhos, alterando e prejudicando a água na sua essência, que em vez de boa torna-se insalubre e muitíssimo prejudicial a saúde”<sup>25</sup>. Em meio à denúncia, evidencia-se que o uso do rego da servidão restringia-se aos trabalhadores. Oferece o jornal, em abono do que escreveu, o fato de que “na rua que vulgarmente denominaram ‘Rua da Chapada’ e cujos moradores se servem da água do Rego, tem esta enfermidade [desarranjos gastro-intestinais] assentado os seus arraiaes, tendo já vitimado grande número de crianças e achando-se muitas outras atacadas; quando nos outros pontos da cidade tem-se manifestado em casos muitos raros e de forma benigna!”<sup>26</sup>. Finalmente, o jornal enfatiza o que para ele era um paradoxo. Mesmo tendo à disposição fartura de água de boa qualidade, parte significativa da população de Uberabinha estava permeável aos malefícios causados pela mesma água que se contaminava com “*corpos estranhos*” a ela incorporados por não haver nenhum tipo de proteção, isto é, encanamento.

Dois anos depois da denúncia, outro jornal anunciava e comemorava a iniciativa da Câmara de canalizar todas as águas da cidade e, pretensamente, aniquilar os incômodos gastro-intestinais. Era o ano de 1909 e o agente executivo Alexandre Márquez estabelecera “contracto de serviço de mão-de-obra” para instalação dos canos e construção dos reservatórios para abastecimen-

---

<sup>25</sup> “Saude Publica”, In: *Jornal A Nova Era*, ano I, nº5, de 03/01/1907, p.1e 2.

<sup>26</sup> *Idem*.

to de água. Informava o jornal que os canos constituiriam “uma rede de cerca de 16 quilômetros” e já estariam a caminho de Uberabinha, “em viagem de Inglaterra para Santos, tendo sido encomendados por intermédio de importante casa de São Paulo”<sup>27</sup>. A tecnologia empregada contaria com uma “bomba de sistema triplex, movida por força hidráulica”, que empurraria a água para um reservatório central, localizado além da via férrea, que, de lá, distribuiria a água pelos canos. Acentuava ainda o jornal que o “serviço será geral e obrigatório”, pelo menos para boa parte das casas da cidade, uma vez que ficava determinado o uso compulsório para “todas as casas de valor locativo superior a 15 mil réis mensaes”<sup>28</sup>. No período de 1909, (da construção dos reservatórios) até meados da década de 1920, o lugar de captação da água permanecerá o mesmo, feito a uma distância aproximada de 2 quilômetros da cidade.

Este trecho do jornal reforça o fato de que teria sido apenas em 1910, quando este sistema fora inaugurado, que a canalização das águas começaria a generalizar-se como uso padrão em muitas partes da cidade. Todavia, sua obrigatoriedade evidencia a persistência de outros usos da água, principalmente por meio de cisternas. A demanda por um serviço de água mais eficiente, expressada no final da década de 1900, merece problematização. Havia, como mostrou o jornal *A Nova Era*, uma preocupação que relacionava a questão da água à saúde pública, cuja extensão é difícil de avaliar. Havia também um apelo de que a canalização de água contribuiria com o “aformoseamento” da cidade. Estas duas finalidades foram registradas no Código de Posturas de 1903. Contudo, a canalização da água era traduzida pela Câmara por outra finalidade. O principal benefício da estruturação do serviço de água residiria no aumento da capacidade tributária do município, que seria revertida em investimentos noutros “*melhoramentos*” para a cidade: “uma vez concluído, será uma extraordinária

---

<sup>27</sup> “Abastecimento de Água”, In: *Jornal O Progresso*, ano III, nº111, de 14/11/1909, p.1.

<sup>28</sup> *Idem*, *ibidem*.



fonte de renda para o município, que poderá, com estes recursos, empreender outros grandes melhoramentos, de entre os quaes destacamos a arborisação e o calçamento das nossas ruas principaes”<sup>29</sup>. Por volta de 1910, este era o quadro motivador da canalização de água potável.

Em 1908, a Câmara divulgou edital de concessão do serviço de água por meio da Lei nº 59, de 13 de janeiro daquele ano. A idéia era a de “conceder a empresa ou a particular, o privilegio, uso e gozo da canalisação d’água potável para o abastecimento desta cidade e para a rede de esgoto da mesma, pelo praso de 25 anos”<sup>30</sup>. Oito anos antes, o mesmo tinha sido tentado, tendo como concessionários Antônio Justino da Silva, José Alves de Amorim Brito, João Bernardes de Souza e Ângelo Zoccoli<sup>31</sup>. O serviço deveria terminar em 1903, mas nada foi realizado. Ainda no ano de 1908, provavelmente depois de não obter resposta para o edital, a Câmara decidiu realizar ela mesma o intento, autorizando o agente executivo Alexandre Marquez a contrair empréstimo de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis)<sup>32</sup>. Dois anos depois, elevaria a quantia do empréstimo para 75:000\$000 (setenta e cinco contos de réis)<sup>33</sup>. Finalmente, o empréstimo realizado atingiria 120 contos de réis, valor maior do que o dobro daquele inicialmente orçado<sup>34</sup>. Em setembro de 1914, o jornal de oposição *Paranayba* sugere que a diferença nos gastos deveu-se à improbidade administrativa, definida como “uma imperdoável facilidade dos responsáveis pelos negócios da Câmara”, que confiara a execução dos

---

<sup>29</sup> Idem, ibidem, (grifo meu).

<sup>30</sup> UBERLÂNDIA. Lei nº 59, de 13 de Janeiro de 1908. In: *Código de Posturas Municipal de 1913*, p.47.

<sup>31</sup> UBERLÂNDIA. Lei nº 17, de 30 de Setembro de 1900, In: *Código de Posturas Municipal de 1913*.

<sup>32</sup> UBERLÂNDIA. Lei nº 94, de 24 de Setembro de 1908. In: *Código de Posturas Municipal de 1913*, p.68.

<sup>33</sup> UBERLÂNDIA. Lei nº 118, de 11 de Maio de 1910. In: *Código de Posturas Municipal de 1913*, p.98.

<sup>34</sup> UBERLÂNDIA. *Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia Popular, 1922, p.6.

serviços a “pessoa inhabil, que cuidou unicamente de colher proventos, com sacrifício dos cofres municipaes e dos mais caros interesses da população urbana”<sup>35</sup>. A suspeição do jornal aponta para superfaturamento na compra dos canos ingleses e da bomba hidráulica, bem como dos materiais utilizados na construção do reservatório e da contratação da mão-de-obra empreitada. Eis o fator que se agregaria de vez à complexa moldura motivadora do serviço municipal de água e de suas reformas.

#### 4. Disputando sentidos: o direito à água

A essa altura, penso que a relação entre a classe trabalhadora e os usos da água pode e deve ser novamente recolocada. É certo que o sistema de distribuição inaugurado em 1910 avançou muito para dissipar os usos alternativos da água, tais como o rego da servidão com suas bicas e cisternas. Estas últimas, apesar de reduzidas em função da proibição do código de posturas de 1913, certamente permaneceram ainda por muito tempo<sup>36</sup>. Como registrou o jornal *O Paranayba*, “concluída a canalização (em 1910), aconselhou-se aos habitantes da cidade que obstruíssem as cisternas”<sup>37</sup>. De qualquer modo, predominaria a partir dali a água canalizada. Merece destaque ainda o fato criticado pelo jornal e também mencionado no relatório de Rodrigues da Cunha, de 1922, de que, decorridos menos de três anos da conclusão do serviço de água em 1910, tal sistema funcionava mal e ficava aquém da demanda exigida. Quanto ao primeiro aspecto, o jornal acusou incompetência na construção do sistema. Sobre o segundo aspecto, o jornal circunscreveu sua opinião: “em breve prazo, os

---

<sup>35</sup> “Problema da água”, In: *Jornal Paranayba*, ano I, nº02, de 24/09/1914, p.1.

<sup>36</sup> “O Agente Executivo providenciará energicamente para que sejam entupidas, no menor praso possível e por conta da municipalidade, todas as cisternas que, pela sua má construção ou ruim qualidade de líquido, possam desenvolver moléstias contagiosas”. Ver Artigo 447, do Código de Posturas Municipais de 1913, p.78.

<sup>37</sup> “Problema da água”, In *Jornal Paranayba*, ano I, n. 02, de 24/09/1914, p.1.

defeitos do serviço se faziam sentir e a cidade começou a sofrer horrivelmente com a *falta de água*<sup>38</sup>. Falta d'água: falta d'água para quem?

A primeira metade da década de 1910 marcou um vultoso crescimento populacional em Uberabinha. Basicamente, pelo que informaram os jornais da época, mudaram-se para lá muitas pessoas vindas da própria região do Triângulo Mineiro. Sobre isso, conhece-se ainda a taxa de crescimento populacional urbano entre 1890 e 1920, que posicionou Uberabinha com o terceiro maior índice da região (30,2%), atrás apenas de Araguari e Uberaba. Embora os números sejam imprecisos para delinear a evolução demográfica em recortes pequenos como o de 1910 a 1915, sabe-se que, entre 1890 e 1920, o crescimento foi bem mais intenso a partir da década de 1910. Para se ter uma idéia, em 1908, os jornais já chamavam a atenção para a presença significativa de “forasteiros de diversas procedências” em Uberabinha, que para lá se dirigiam “com o intuito de localisaram-se”<sup>39</sup>. Chegando à cidade não havia moradias suficientes. Na mesma matéria de 1908, o jornal avaliava que, “apesar de haverem mais de oitenta casas em construção (...) quase todas já estavam comprometidas, ou para serem habitadas por seus próprios donos”<sup>40</sup>. Portanto, neste contexto, deve-se considerar que a presença dos moradores de Uberabinha refletiu-se em demanda por água canalizada.

O jornal *O Progresso*, que não era exatamente um periódico de oposição a Rodrigues da Cunha e que também apoiara entusiasticamente a canalização de água proposta por Alexandre Márquez, no final de 1912, não conseguira omitir a realidade do serviço recém-inaugurado. Reconhecendo a necessidade de remodelar o sistema, o jornal noticiou a presença de um técnico da Secretaria da Agricultura do estado de Minas Gerais que estava em Uberabinha, para verificar a situação da canalização e ajustá-la

---

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, (grifo meu).

<sup>39</sup> “Melhoramentos”, In *Jornal O Progresso*, ano I, n. 39, de 14/06/1908, pp.2-3.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

de maneira que “os contribuintes municipais não (tivessem) mais ocasião de fazer *essa gritaria de reclamações quase unânimes*”<sup>41</sup>. A “gritaria de reclamações” aparece aqui como uma evidência de que algo havia mudado na percepção sobre a água. E repare-se bem: reclamações “quase unânimes”.

Dois anos depois, feitos os consertos no sistema, os problemas persistiriam. A situação realmente deve ter sido crítica, pois o jornal *O Progresso*, que não era dado a palavras perigosas, abordou a questão da falta de água numa perspectiva de denúncia, o que até então ficara por conta do jornal *O Paranayba*. A matéria de *O Progresso* colocara em foco a disparidade na distribuição da água. Os reparos do tal técnico da Secretaria de Agricultura surtiram algum efeito. E era este o problema. Pelo jornal, não faltava “água na cidade, mas sim em um ou outro ponto, em uma ou outra torneira, enquanto que em outros pontos, em outras torneiras, (corria) diariamente, incessantemente, profusamente, o precioso líquido!”<sup>42</sup>. Fazê-la correr para todos era o que motivava as reclamações. De imposição aos costumes populares, a água canalizada transformara-se em direito. Eis o que mudara na percepção dos habitantes de Uberabinha.

Por volta de 1912, disseminou-se na cidade uma forte expectativa em torno da água canalizada. Esperava-se, talvez em todos os cantos de Uberabinha, que a água chegasse até o interior das casas, por meio de canos e de torneiras. A água tornara-se um direito, que passou a ser reivindicado para além da própria pretensão modernizante da fração de classe liderada por Rodrigues da Cunha. Estou supondo que as reclamações populares registradas pelo jornal, teriam, portanto, alguma relação com as reformas tentadas no serviço de água. E continuariam a ter nas duas outras reformas ocorridas em 1914 e 1921. De um modo ainda mais geral e freqüente, os reclames populares pressionaram pela ampliação do serviço.

---

<sup>41</sup> Água Potável, In: *Jornal O Progresso*, ano VI, n. 265, de 16/11/1912, p.1 (grifo meu).

<sup>42</sup> A água, In: *Jornal O Progresso*, ano VIII, n. 363, de 04/10/1914, p.1.

Nos relatórios do agente executivo, as cifras empenhadas na compra de bombas, motores e na expansão quilométrica dos canos evidenciam isso. Em 1913, gastou-se nada menos do que 120 contos de réis, dos quais a maior parte com a compra de uma bomba movimentada a vapor. A substituição fora feita tendo em vista que a bomba hidráulica tinha seu funcionamento dependente das chuvas. Ao que parece, o bombeamento hidráulico não funcionava nos períodos de estiagem. Porém, surpreendentemente, o bombeamento a vapor durou menos de um ano. A intenção da Câmara era a de adquirir um equipamento movimentado por energia elétrica, importado da Alemanha. A compra fora efetuada ainda no ano de 1913, mas as bombas e os motores demoraram a chegar devido ao conflito bélico europeu que retardou sua importação. A tal bomba aportou no país no ano de 1914, sendo finalmente instalada em Uberabinha no mês de dezembro<sup>43</sup>.

Tamanho imprevisto nas reformas do serviço de água era motivado pela pressão da Câmara em debelar com “as reclamações que a administração recebeu pela impontualidade do fornecimento de água”<sup>44</sup>, testemunho do próprio Rodrigues da Cunha. Ademais, é preciso salientar que as reformas seguiram, ano a ano, a necessidade de expansão das linhas de distribuição e o aumento dos reservatórios. Novamente, recorrendo aos relatórios do executivo, percebe-se gastos de 300 contos de réis em 1915, 800 contos em 1919 e 360 contos em 1921. Ironia ou não, o fato é que faltava água numa cidade que fincara seus pés sobre águas. Enquanto a água faltava nos canos e nas torneiras dos habitantes de Uberabinha, ela era farta em vários lugares, chegando mesmo a inundar avenidas. Foi o próprio Rodrigues da Cunha que, em 1920, evidenciou este paradoxo: “para minorar, nesta época, um pouco esta aflitiva situação e com o intuito de drenar as Avenidas Cypriano DelFavero e João Pinheiro, intransitáveis em certo pon-

---

<sup>43</sup> UBERLÂNDIA. *Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia Popular, 1915, p.10-11.

<sup>44</sup> UBERLÂNDIA. *Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia Popular, 1914, p.7.

to, mandei captar as diversas nascentes situadas no cruzamento das ruas Aurora, Justiça e Atalaya”<sup>45</sup>.

Contudo, tal improvisação não foi a característica principal dos relatórios. Neles, pelo contrário, a narrativa do agente executivo no relatório de 1922 apresenta, em tom de balanço, todos os esforços de reforma do serviço de água concatenados a um projeto único e vencedor: “os melhoramentos ahi estão a desafiar aquelles que se occuparam muito dos seus defeitos e causando inveja a outras cidades mais ricas e maiores que Uberabinha, podendo a Municipalidade opportunamente substituir os tubos de cimento”<sup>46</sup>. Considerando o fato de que a questão da água esteve presente de forma destacada em todos os relatórios de Rodrigues da Cunha, e que também empréstimos vultuosos foram feitos para seu incremento, é certo que este era um projeto prioritário para a fração da classe dominante instalada no poder público naquele período. Mas este projeto fez-se em ritmos não previstos e nem planejados, muitas vezes ditados também pela pressão popular.

A improvisação foi fruto deste quadro. O *Paranayba* denunciara esta improvisação informando que a nova canalização de 1914 começara “por uma série de erros (...) não calculando a extensão dos passos que dá, provocando pleitos, gravando o municipio de encargos e criando novos embaraços para o futuro”<sup>47</sup>. Captara também os efeitos de tal empreendimento: “a preciosa lymphá, que ora se está captando, pode chegar às casas entre breçams, alegrar a população, satisfazer os habitantes, eliminar o clamor das mães de família, curar o mal que nos afflige”<sup>48</sup>. E descontado o sabor picante da crítica político-partidária do jornal, ele realmente acertara quanto aos motivos da ligeireza do serviço de água.

O esforço para organizar um serviço de captação e distribuição de água em Uberabinha foi, em larga medida, orientado para a constituição das finanças municipais. Para a classe dominante

---

<sup>45</sup> UBERLÂNDIA. *Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia Popular, 1920, p.8.

<sup>46</sup> UBERLÂNDIA. *Relatório Apresentado a Câmara Municipal de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia Popular, 1922, p.9.

ele foi encarado como um “melhoramento” que necessariamente deveria integrar a imagem da cidade em construção. Fossem de oposição ou de situação, os jornais do período expunham esta demanda como algo imprescindível “na conquista de elementos necessários à vida dos povos civilizados, de maneira a tornar-se dentro em pouco, um centro de commercio e actividade industrial, aproveitando os dotes com que a natureza lhe foi pródiga”<sup>49</sup>. Tal “melhoramento” era visto ainda como um requisito para que Uberabinha alcançasse “lugar saliente entre as suas co-irmãs do Triângulo”<sup>50</sup>.

Pelo lado dos trabalhadores, no entanto, este serviço começou a ser assimilado como uma demanda somente por volta de 1912, quando foi convertido em direito, passando a ser motivo de reclamação frente à Câmara. Mas isto não significou o fim imediato dos direitos costumeiros à água. Pequenas nascentes e cisternas ainda continuariam justificando práticas nos decênios seguintes e se confrontariam cada vez mais com as intervenções do poder público no exercício do controle desses usos. A preocupação subjacente à separação da água potável e da água servida, existente desde os tempos coloniais, onde os escravos cumpriam a função de equipamento de luxo transportando aquelas águas, seria reforçada por determinado estatuto científico, que introduziria uma abordagem sobre as doenças relacionadas à água, problematizando as noções de pureza da água. À captação e distribuição das águas como prerrogativa do Estado, agregar-se-ia a questão da sua “purificação” — do seu tratamento bacteriológico. A relação com a água seria, para a maioria da população, irreversivelmente intermediada pelo Estado. O contraponto a isto é que este tipo de utilização da água por meio de canos e viabilizado como serviço público geraria novas tensões e conflitos não previstos, pois, ao longo dos anos, os trabalhadores veriam cada vez

---

<sup>47</sup> Problema da água, In: *Jornal Paranayba*, ano I, n. 02, de 24/09/1914, p.1.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Água, In: *Jornal O Progresso*. Anno II, n. 64, 06/12/1908, p.01.

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*.

mais a água como um direito. Reclamariam de sua insuficiência e exigiriam que tivesse qualidade comprovada e preço “justo”. Já a evolução dessa percepção até os dias de hoje é objeto para outras pesquisas.